



ESPECIALIZAÇÃO EM

EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO
CULTURAL E ARTÍSTICO

JACKELINE MARIA DA SILVA

**AFRO PALADAR: A CULINÁRIA QUILOMBOLA DE MATO GROSSO
COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

Brasília - DF

2019

JACKELINE MARIA DA SILVA

**AFRO PALADAR: A CULINÁRIA QUILOMBOLA DE MATO GROSSO
COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu – a distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Ms. Cilene Rodrigues Carneiro Freitas

Brasília - DF

Polo Goiás

2019

AGRADECIMENTOS

À professora Elaine Ruas, pessoa que muito admiro, agradeço pelo profundo comprometimento com a arte e cultura, pelo incentivo a participar deste curso de especialização e ânimo em todos os momentos. Em seu nome estendo meus cumprimentos a todos os membros da equipe docente e tutores que fizeram o curso acontecer.

À minha orientadora professora mestra Cilene Rodrigues pelo apoio, orientação, contribuições e lapidação deste trabalho, minha sincera gratidão!

Aos meus companheiros de vida e de casa Lucas Rocha e Chewbacca meu querido bichinho, pelas demonstrações cotidianas de amor que tornam a vida mais leve.

Aos amigos e parceiros que colaboraram com a produção original do projeto cultural “Afro Paladar: nutrindo a cultura” lançado em agosto de 2018.

Ao povo quilombola, aos povos da religião de matriz africana e a toda a ancestralidade, Axé!

(...) quando um homem branco com sotaque francês vestido com os apetrechos do trabalhador da cozinha, ele se “torna” um chef. Uma mulher negra com a mesma roupa e preparando a mesma comida geralmente é vista como cozinheira. Por isso, considero que muitos comentadores dizem que o Brasil não precisa/não tem necessidade (de) fazer filosofia brasileira, bastaria cozinhar as receitas dos grandes filósofos (diga-se de passagem, a maioria homens brancos europeus). A pergunta que não podemos deixar de lado: o que dá mais prestígio, reconhecimento e impacto social? Um homem branco com sotaque francês fazendo comida? Ou uma mulher negra, ou ainda uma mulher indígena, cozinhando?

Renato Nogueira (2017, ANPOF)

RESUMO

O trabalho de conclusão propõe refletir sobre as contribuições da cultura afro-brasileira no tocante à culinária, as referências invisibilizadas pela sociedade, mas que constituem o patrimônio imaterial brasileiro. A ação cultural está presente na culinária quilombola transformada nos pratos típicos que compõem culinária de Mato Grosso. A metodologia interdisciplinar entre cultura, educação e patrimônio foram as base deste trabalho, somadas aos métodos de pesquisa-ação e técnicas da antropologia social. O intuito da pesquisa é mostrar a relevância da alimentação e da culinária quilombola como dimensões importantes para a identidade e para a diversidade cultural, compreendidas como patrimônio cultural imaterial dos afrodescendentes. Alcançamos a conclusão de que participação ativa dos afrodescendentes e povos quilombolas é fundamental para construir uma nova forma de produzir saberes, considerando a sua epistemologia com raízes profundas na ancestralidade africana, que permeiam a vida social brasileira constituindo nossa memória social coletiva, formadora da identidade mato-grossense.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura afro-brasileira, Culinária, Educação, Patrimônio imaterial.

ABSTRACT

The conclusion work proposes to reflect on the contributions of the Afro-Brazilian culture regarding the cuisine, the references invisibilized by the society, but that constitute Brazilian immaterial patrimony. The cultural action is present in the quilombola cuisine transformed into the typical dishes that make up cuisine of Mato Grosso. The interdisciplinary methodology among culture, education and heritage were the basis of this work, together with the methods of action research and techniques of social anthropology. The objective of the research is to show the relevance of food and quilombola cuisine as important dimensions for identity and cultural diversity, understood as intangible cultural heritage of Afro - descendants. We have reached the conclusion that the active participation of Afrodescendants and quilombola peoples is fundamental to construct a new way of producing knowledge, considering its epistemology with deep roots in African ancestry, that permeate Brazilian social life, constituting our collective social memory of Mato Grosso native people.

KEYWORDS: Afro-Brazilian Culture, Cooking, Education, Intangible Heritage

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Capa do Livro Afro Paladar.	14
Imagem 2 - Frase de Nelson Mandela no muro da Escola Estadual Maria de Arruda Müller na Comunidade Quilombola Abolição, em Santo Antônio do Leverger – MT.	25
Imagem 3 - Jackeline posa para foto com os/as professores/as da Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida na Comunidade Quilombola Chumbo, em Poconé – MT.	28
Imagem 4 - Professora observa o conteúdo do livro Afro Paladar na Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida na Comunidade Quilombola Chumbo, em Poconé – MT.	28
Imagem 5 - Professor mostra uma foto no livro para a colega na Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida na Comunidade Quilombola Chumbo, em Poconé – MT.	29
Imagem 6 - Pai e filhos. O adolescente ajuda o pai enquanto o menor participa da atividade brincando, na Comunidade Quilombola Morro Cortado, em Poconé – MT.	32
Imagem 7 - Banana-da-terra verde frita, produzida na casa de Zilair para comercialização. Comunidade Quilombola Morro Cortado, em Poconé – MT.	34
Imagem 8 - Pilão de madeira antigo na casa de dona Vanildes Francisca, Comunidade Quilombola Lagoinha de Cima, em Chapada dos Guimarães – MT.	35
Imagem 9 - Pintura de São Benedito na parede da casa de Nezinho na Comunidade Quilombola Mata Cavalo de Cima, em Nossa Senhora do Livramento – MT.	37
Imagem 10 - Nezinho quilombola, pai de santo, é devoto e festeiro de São Benedito. Diante do altar no terreiro, nos mostra as suas guias [colares] e ao fundo imagens dos santos católicos e orixás. Comunidade Mata Cavalo de Cima, em Nossa Senhora do Livramento – MT.	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. METODOLOGIA	16
2. PATRIMÔNIO CULTURAL	18
3. IDENTIDADE E CULTURA AFRO-BRASILEIRA	20
3.1. A identidade	20
3.2. Povos Quilombolas	21
3.3. As Políticas de Ações Afirmativas: Contexto	23
3.4. A Educação para as Relações Étnico-Raciais	25
3.5. A Culinária como Patrimônio Imaterial	30
4. RESULTADOS DA PESQUISA: o afro paladar nas escolas de Mato Grosso	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz a experiência obtida durante a execução final do projeto cultural “Afro Paladar: nutrindo a cultura”, realizado em 2018 nas Comunidades Quilombolas do estado de Mato Grosso, terra de origem da discente. A atividade consistiu na doação de livros às Escolas Quilombolas com realização de Rodas de Conversa como uma atividade educativa interdisciplinar.

Pretendo trazer uma contribuição para refletir sobre a culinária quilombola como um elemento formador da identidade e cultura do povo mato-grossense. O objetivo deste trabalho de conclusão consiste em identificar as características da culinária quilombola mato-grossense para reconhecê-la como patrimônio imaterial. Os objetivos específicos consistem em refletir sobre o que é patrimônio e os desafios de compreender a cultura afro-brasileira e suas contribuições como tal; como a culinária quilombola influenciou a identidade e as tradições do povo mato-grossense; e por fim, analisar como as políticas de ação afirmativa e educação para as relações raciais convergem para o entendimento da cultura e culinária afro-brasileira como patrimônio cultural imaterial.

A culinária quilombola destaca a participação dos afrodescendentes e remanescentes quilombolas na formação histórica, social e religiosa, constituidora das gentes de Mato Grosso. Assim, proponho pensarmos a culinária quilombola como representação da cultura e do legado africano, tratando-se de uma expressão de saber ancestral transmitido de geração a geração e constantemente recriado pelas comunidades em função do contato com outros povos, formando as identidades, hábitos, costumes e criando vínculos sociais no sentido de pertencimento.

A metodologia interdisciplinar entre arte, cultura, educação e patrimônio foi a base do trabalho de conclusão, somada aos métodos de pesquisa-ação e técnicas da antropologia social. Além disso, trataremos sobre a obrigatoriedade de lecionar a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" instituída pela Lei nº 10.639/2003 como veremos adiante.

A comida e a culinária fazem parte da vida de todos nós. As pessoas que cozinham estão ligadas a ela de forma mais direta, as pessoas que não cozinham conectam-se com a culinária por meio da experimentação. Por isso, proponho pensarmos na culinária como uma ação cultural, isto é, segundo a sociologia weberiana que se refere à ação social¹, como ação

¹ A Ação Social é um conceito de Max Weber de que a ação só existe quando o indivíduo estabelece uma comunicação com os outros indivíduos, portanto, uma interação.

praticada por um sujeito dotada de significado e de subjetividade orientada para um determinado fim.

Com esta base, convido à reflexão sobre como o grupo social quilombola e afrodescendente influenciou o nosso ato vital da alimentação, de maneira que possamos reconhecer uma comida como patrimônio imaterial.

Seria um engano conhecer o Brasil sem conhecer a história dos afrodescendentes. Seria um engodo compreender o Brasil sem antes conhecer a África. Seria uma lástima procurar entender a realidade social brasileira sem compreender a realidade racial do país. Combater a discriminação racial não é tarefa exclusiva do poder judiciário. É preciso re-pensar a história brasileira a partir do legado africano. Sem isso, perderíamos em profundidade e qualidade o conhecimento sobre nós mesmos. A brasilidade, em muito, é tributária da africanidade. As africanidades re-desenham e re-definem a identidade nacional e, com isso, o projeto político, econômico e social brasileiro. Ainda que o discurso acadêmico e político tenha excluído, durante séculos, a experiência africana no Brasil, sua influência não deixou de exercer papel fundamental na construção desse país. (OLIVEIRA, 2003, p.3)

Por meio desta pesquisa-ação pretendo difundir informações sobre os saberes que se relacionam com as práticas da culinária quilombola trazendo possibilidades de pensar e expandir a nossa percepção a respeito do patrimônio cultural afro-brasileiro, dando um novo olhar para a subjetividade dos sujeitos que “nutrem a cultura”.

Por que a escolha pelo Afro Paladar? Para responder a esta pergunta, preciso realizar uma retrospectiva ao ano de 2016, quando escrevi o projeto “Afro Paladar: nutrindo a cultura” e o inscrevi no Edital Tradições da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, com a expectativa de produzir uma pesquisa nas comunidades quilombolas sobre as raízes da culinária “típica” mato-grossense.

A minha fonte de inspiração foi a minha própria família, a partir das receitas e dos modos de preparar a comida que, ainda hoje, vejo os meus familiares fazendo. Tudo começa com o casal de avós maternos – já falecidos – que nasceram e viveram durante certo tempo em um sítio, em uma Comunidade chamada Macacos, localizada no município de Nossa Senhora do Livramento, estado de Mato Grosso.

Na região entre os municípios de Livramento (forma abreviada) e Poconé, os povos tradicionais e seus descendentes nascidos nesse território recebem o título – cômico, mas verdadeiro – de “papa-banana”. Por terem nascido e vivido nessa área, os meus avós, minha mãe e toda família materna, são papas-bananas. Mas por outro lado, o título de papa-bananas também pode ser entendido como designação pejorativa, por se tratar de um território repleto de comunidades rurais negras e quilombolas.

Considero importante informar que nessa região situam-se a maioria das comunidades remanescentes de quilombo do estado de Mato Grosso. Os dois municípios totalizam 36 comunidades quilombolas certificadas, sendo Livramento com 8 Comunidades e Poconé com 28 Comunidades, segundo dados da Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, criada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira. Em 2018, o estado de Mato Grosso possui 77 comunidades certificadas. (BRASIL, 2018).

Desde a infância, passando a adolescência até a vida adulta, fui percebendo que as receitas e os modos de preparar o alimento de forma coletiva no cotidiano estão ligados a um conjunto de elementos simbólicos, subjetivos e ancestrais. Ocorre que nem sempre prestamos atenção aos saberes de nossos familiares, ou “mais velhos”. A questão é que tudo tem uma forma, um tempo, um rito e tudo isso é transmitido de geração a geração.

A vida não transcorre, no entanto, apenas no mundo visível (ayê) dos homens. O universo africano correlaciona o sagrado e o profano. Sagrado e profano são interdependentes, como tudo o mais. Há, portanto, uma correlação entre o mundo dos “vivos” e o mundo dos “mortos”. O mundo dos homens e o mundo dos antepassados. Cada qual possui o seu tempo, que, não obstante, se relacionam. (OLIVEIRA, 2013, p. 22)

Percebo que a sociedade se desloca para a pós-modernidade esquecendo-se das suas raízes e muitas vezes de sua própria história, das tradições familiares, do sentimento de pertencimento e das suas origens. De posse do conteúdo vivencial familiar, fui inspirada escrever o projeto **Afro Paladar: nutrindo a cultura** e a partir dele, estou construindo reflexões sobre a nossa relação com o alimento, e especialmente, sobre a relação que temos com as pessoas [negras] produzem e preparam os alimentos.

Não poderia deixar de mencionar o conhecimento diverso elaborado desde cedo pelos africanos sobre as curas e doenças. Isso reaparece nas religiões de matriz africana, onde o mais importante não é a doença, mas conduzir o doente à cura. Se junta a isso o valor atribuído à comida. Nos terreiros “tudo come”, recebe tratamento especial. Sem comida não há vida. As inovações introduzidas pela chamada “era da modernidade” na alimentação talvez seja um dos maiores desafios para as comunidades-terreiros nos próximos 100 anos. Aqui, saúde e comida estão interligadas. Esse é um tema que merece uma reflexão à parte. (SOUSA JUNIOR, 2011, p. 32-33)

A alimentação é essencial para o corpo como a cultura é essencial para nutrir a alma. Com essa frase sintetizo a experiência que o alimento evoca na cultura quilombola e afro-brasileira. O alimento se conecta com a devoção que se conecta com a vida, portanto, uma

coisa está intrinsecamente ligada à outra permeando o convívio social e cotidiano ou durante as celebrações. Cozinhar estabelece hierarquias nas relações sociais porque as pessoas detentoras desse saber, os/as cozinheiros/as tem papel de destaque em suas comunidades, assim como nos terreiros da religião de matriz africana.

Tais reflexões e comparações me são possíveis devido a uma diversidade de contatos e lugares de convívio, como a família e amigos quilombolas, o ambiente acadêmico que possibilita leituras e diálogo com pessoas de diferentes formações e áreas do conhecimento, contato profissional com a cultura popular e afro-brasileira, relações de amizade e de pesquisa com religiosos do candomblé e também ao movimento social negro que muito tem contribuído para minha formação.

Como membro do Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (IMUNE MT) e integrante de coletivos em Brasília sobre a temática de raça e gênero, posso afirmar que uma das questões mais recorrentes no interior do movimento social negro é a urgência de ações estatais mais efetivas focadas na educação para as relações étnico-raciais, visando ampliar as oportunidades como também o debate sobre a inserção da população negra diminuindo as desigualdades sociais e econômicas impostas pelos séculos de escravidão a que foram submetidas os africanos e seus descendentes em todo o mundo.

Pensemos a partir de fatos históricos: no Brasil colonial a mão-de-obra africana escravizada trabalhou por séculos nas plantações (de café, cana de açúcar, cacau, algodão, etc.), enquanto escravos domésticos cumpriam tarefas na Casa Grande. Portanto, cabia às mulheres negras escravas os cuidados com a casa, com as sinhás e seus filhos, com seus senhores e com a cozinha. O “lugar do cuidado” para com o outro foi uma imposição do sistema escravocrata às mulheres negras. Dessa forma, as mulheres negras ocupam até os dias atuais papéis de subordinação, fato que as incluiu até o momento presente, na base da pirâmide social como grupo social mais vulnerável, como mostram as estatísticas.

Dezenas de anos depois, o fosso entre brancos e negros persiste em todos os cantos. No mês em que se completam 130 anos da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, as iniquidades a que a população negra brasileira está agrilhoada se revelam sem meias palavras: ela tem menor escolaridade, apresenta taxas de analfabetismo duas vezes superiores ao registrado entre o restante dos habitantes, tem os menores salários, é a mais afetada pelo desemprego, tem menor acesso ao sistema de saúde e é a que morre mais cedo. Apesar de serem mais da metade da população brasileira (53,6%), negros e negras são 76% dos 10% mais pobres, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (MACHADO, 2018. Fonte: EPSJV/Fiocruz)

De maneira oposta, nas sociedades urbanas o universo da gastronomia, as hierarquias colocam as pessoas negras detentoras do saber culinário a ocupar papéis de subalternidade, negando-lhes a sua *expertise*, o seu saber, os seus modos e a sua prática, enquanto pessoas brancas detêm ‘*status*’ de *chef*. Fatos reais causados pelo racismo estrutural presente nas relações e na ideologia. Renato Noguera (2017), citado na epígrafe, nos provoca uma reflexão crítica a respeito da divisão social e da divisão sexual do trabalho, porque de fato, vemos mais pessoas brancas tendo destaque nas profissões de gastronomia enquanto pessoas negras, na maioria das vezes mulheres, são assistentes de cozinha ou reles empregadas domésticas.

Os Quilombos como espaço de resistência, de luta política contra o sistema escravocrata, como lugar de (re)organização social e de participação feminina ativa, como território de reprodução cultural reaproximado os africanos e os seus descendentes com a África em território brasileiro por meio da memória e da livre manifestação cultural e religiosa, é que me faz pensar nas subjetividades presentes na forma atual da culinária dos povos quilombolas.

O projeto foi escrito em 2016, executado em 2017, os resultados publicados e visitas de retorno realizadas em 2018. Em dezembro de 2017 na fase de execução visitei nove Comunidades Quilombolas em Mato Grosso, a saber: Comunidade Retiro, no município de Barra do Bugres; Comunidade Morro Cortado e Comunidade Campina de Pedra, no município de Poconé; Comunidade Ribeirão da Mutuca e Comunidade Mata Cavalo de Cima, no município de Nossa Senhora do Livramento; Comunidade Abolição, no município de Santo Antônio do Leverger; Comunidade Lagoinha de Cima e Comunidade Peba, no município de Chapada dos Guimarães; Comunidade Aguaçu, distrito de Cuiabá.

O objetivo do projeto original foi identificar por meio de entrevistas quais são os pratos da gastronomia quilombola que remetem à cultura imaterial (memória e ancestralidade) e conseqüentemente originaram os pratos típicos mato-grossenses, resultando em um livro de 88 páginas, conforme a imagem 01 abaixo representada. Foi um trabalho imensamente prazeroso, pelo contato, convívio, aprendizado e pelos sabores experimentados.

Imagem 1 - Capa do Livro Afro Paladar.



Fonte: SILVA, Jackeline, 2018. Foto: Luzo Reis

Após essa contextualização, retomo o foco deste trabalho que tem por finalidade mostrar uma parte dos registros do meu regresso às comunidades quilombolas, agradecendo pelo acolhimento e pelos saberes partilhados, oportunidade em que fiz a entrega de exemplares do livro Afro Paladar às pessoas anteriormente entrevistadas e também, visitando as Escolas Quilombolas, onde pude dialogar com professores/as e alunos/as sobre o projeto, apreendendo destes as suas impressões sobre a cultura quilombola e o patrimônio imaterial afro-brasileiro.

O trabalho foi organizado da seguinte forma: no capítulo 1 apresento a metodologia de pesquisa utilizada para obtenção, interpretação e análise de dados. O capítulo 2 traz o conceito de patrimônio cultural para pensarmos como os legados afro-brasileiros se inserem no campo do patrimônio imaterial. O capítulo 3 intitulado identidade e cultura afro-brasileira, aborda nos subcapítulos temas interdisciplinares para contextualizar a pesquisa, como a identidade, os povos quilombolas, as políticas públicas que versam sobre as relações raciais, educação e cultura e a culinária. No capítulo 4 trago os resultados da pesquisa com professoras

quilombolas e no capítulo 5 apresento as considerações finais articulando a educação e as políticas públicas com a cultura afro-brasileira.

1. METODOLOGIA

As metodologias de pesquisa utilizadas para desenvolver o presente trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação e Patrimônio Artístico e Cultural foram multidisciplinares para abarcar aspectos teóricos e práticos da pesquisa. Realizei revisão bibliográfica sobre diversos temas como a identidade, patrimônio cultural imaterial, filosofia africana, cultura afro-brasileira e a culinária sob uma perspectiva antropológica e a legislação educacional voltada para a diversidade. A metodologia consistiu na interdisciplinaridade entre arte, cultura, educação e patrimônio, revisão bibliográfica e técnicas de pesquisa das ciências sociais.

No tocante à educação temos como referência a Lei 10.639/2003 *que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"*, trazendo para o currículo escolar a temas como a História e a cultura Afro-brasileira que devem ser ministradas no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

A legislação sobre patrimônio cultural imaterial busquei trazer como referência a *Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, como também o Decreto nº 3551/2000 que instituiu o Registro de Bens de Culturais de Natureza Imaterial, abordando também a problemática relativa ao registro dos bens culturais afro-brasileiros (BRASIL, 2000).

Sobre os métodos de pesquisa das ciências sociais fiz opção pela observação participante e pelo método etnográfico porque ambos privilegiam o convívio, a integração, captação de informações, escuta de relatos, narrativas, as memórias e as subjetividades dos interlocutores. Consistem em formas interpretativas de análise para produção de pesquisa qualitativa. Como veremos a seguir, ambas as metodologias são complementares. Conforme LÓPEZ (1999, p.46),

A etnografia é considerada como uma modalidade de investigação das Ciências Sociais que surge na Antropologia Cultural e Sociologia Qualitativa e se encontra na família da Metodologia interpretativa / qualitativa.

(...)

O método etnográfico permite a aproximação e detecção que favorecem a coleta de dados nas respectivas fontes, utilizando os principais instrumentos como observação participante, os entrevistados, os documentos pessoais, com o propósito de proceder a investigar dados descritos, palavras escritas e/ou orais, em condutas observáveis dos populares participantes, de conhecer as pessoas e perceber como elas desenvolvem suas próprias definições.

O método etnográfico constitui um estudo no qual a obtenção de dados durante a pesquisa de campo, baseia-se, principalmente, na relação entre pesquisador-sujeito e existe a premissa de convívio, de experimentar o lugar do outro com empatia e alteridade para apreender sobre a sua cosmovisão.

A etnografia tem como finalidade o estudo sociocultural, ou forma de vida da sociedade, descrevendo as crenças e práticas do grupo, mostrando como a diversidade do grupo ou comunidade contribuem a crescer a cultura como um todo unificado e consistente. Interessasse pelo que as pessoas fazem, como se comportam, como interagem, o que sentem e pensam. Propõe-se **descrever crenças, valores, perspectivas, motivações e o modo em que tudo isso se desenvolve ou combina dentro do grupal desde as perspectivas de seus membros**. O que constam são seus significados e interpretações. Se tem usado a etnografia como forma-meio de união da teoria com a prática como ajuda para observar e analisar a prática de certos acontecimentos, como meio de formação reflexiva. (LÓPEZ, 1999, p.48) grifo nosso

A respeito da pesquisa-ação, TRIPP (2005, p. 463) afirma que *“utilizar o termo “pesquisa-ação” na academia para referir-se a uma versão da investigação-ação que atende claramente aos critérios da pesquisa acadêmica.”*

O objetivo da pesquisa-ação foi estabelecer aproximação com um grupo social que ainda sofre opressões e invisibilidade, conhecer a epistemologia – entendida como a experiência, conhecimento empírico resultante de vivências, saberes e fazeres transmitidos de geração a geração – das mulheres e homens quilombolas e a partir disso, compreender como a sua prática cultural ancestral permanece viva nos dias atuais. O alimento é o conector do passado com o presente, é a ferramenta de acesso ao campo simbólico das expressões culturais nos quilombos.

A pesquisa ação somada à etnografia contribuiu para que eu estivesse em interação com os sujeitos – homens e mulheres quilombolas – utilizando o livro Afro Paladar como instrumento para estabelecer diálogo e, partir dele, captar as impressões dos meus interlocutores para chegar a análise que será exposta na conclusão deste trabalho.

Desse modo, fiz a opção de produzir uma pesquisa com abordagem qualitativa como provocação para refletirmos sobre a cultura quilombola nas circunstâncias atuais, em que verificamos ameaças constantes e a retirada de políticas públicas instituídas a favor deste grupo social. Tais fatos afetam diretamente as suas práticas culturais, pois sem território não há povo e sem povo não haverá prática cultural e tampouco registro.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL

O que é o patrimônio cultural? O que é o patrimônio imaterial? Para compreender melhor o significado, bem como a dimensão que estes termos abarcam no tocante à importância do patrimônio imaterial, recorro à definição apresentada no documento intitulado Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Artigo 2: Definições

Para os fins da presente Convenção,

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. **Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.** Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:

a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) **práticas sociais, rituais e atos festivos**; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais. (UNESCO, 2006, p.4-5) grifo nosso.

O patrimônio cultural imaterial é a fonte da identidade porque nele estão inscritas as histórias, as memórias, os saberes, os ritos, as línguas ou dialetos, as celebrações e todo o intangível que constitui o modo de ser, de viver e de se relacionar socialmente. Interessa-nos neste trabalho discorrer sobre as heranças dos povos africanos legadas aos afrodescendentes que formaram a identidade da nação brasileira. Muitas dessas heranças estão presentes na linguagem, na música, na dança, nos mitos, na religiosidade e na culinária, sendo a maioria dessas informações transmitidas oralmente, de geração a geração.

Ao analisar as Comunidades Quilombolas, percebemos que boa parte das heranças e manifestações mencionadas tem estreita relação com as práticas religiosas, o que torna a religiosidade afro-brasileira uma manifestação cultural singular na qual podemos observar uma diversidade de artes integradas, envolvendo aspectos diversos, tais como o planejamento dos dias de duração das festas, a fabricação de instrumentos musicais, construção de espaços

físicos (como barracões em palha) até as festividades propriamente ditas, incorporando a música (cantos, danças, ritmo e musicalidade), rituais de celebração religiosa e o nosso principal foco: a comida.

Quando escolhemos um determinado alimento estamos operando dentro de um determinado sistema culinário para torná-lo comida, pois no Quilombo já somos constituídos social e culturalmente pelos alimentos que consumimos. Determinados alimentos com seu modo de obtenção, de preparação e de consumo são coletivamente celebrados como nossa comida em detrimento da comida dos outros.

(...)

Os sistemas culinários estão enraizados nas sociabilidades e cosmologias dos Quilombos com suas categorias nativas, por meio das quais as pessoas descrevem e interpretam quotidianamente suas inter-relações. Os gostos alimentares permanecem através das gerações, resistentes bravamente às mudanças históricas tanto de ordem econômica como política. O sistema quilombola e indígena privilegia a mistura e as relações sociais. Os modos de servir já indicam que privilegiamos a relação, pois se adaptam às condições das pessoas, não se atém a muitas regras ou mesmo na preferência pela comida cozida em detrimento dos assados; na valorização de comidas situadas entre o líquido e o sólido; a valorização de ingredientes periféricos (farinhas, molhos) que permitiriam operar essa passagem entre o sólido e o líquido; na valorização de refeições coletivas que celebram as relações pessoais de amizade; na valorização da mesa comum e farta etc. (PACINI², 2018, p.3)

Entender a alimentação como uma dimensão cultural importante – na verdade imprescindível – das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos é a função que este trabalho se propõe a cumprir. Para compreender essa premissa, vamos pensar em algum prato típico. Para que esse prato venha se tornar “típico”, tradicional de algum lugar, antes ele precisa “cair no gosto popular”, preparado, experimentado e aprovado diversas vezes. Eis o caso da culinária africana que se tornou quilombola do século XVI ao século XXI, com todas as suas adaptações e “modernizações”. O afro paladar se faz presente nas cozinhas de todo o Brasil.

²Aloir Pacini é professor doutor do departamento de antropologia e programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade Federal de Mato Grosso. Trecho extraído do artigo inédito produzido para o projeto Afro Paladar: nutrindo a cultura, intitulado “A sensibilidade negra e indígena que vemos nas festas dos Santos (católicos) de Mato Grosso”.

3. IDENTIDADE E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

3.1. A identidade

Para melhor compreender a(s) identidade(s) precisamos pesquisar, discutir, refletir e aprender sobre as influências e os legados das diferentes raças e etnias que contribuíram para a formação do povo brasileiro. As identidades são constituídas, modificadas pela dinâmica social e legitimadas dentro de um grupo social ao qual o indivíduo pertence. Conforme VELHO (2004, p.44)

A construção da identidade é problema universal da sociedade. Em todo e qualquer grupo tribal, tradicional ou moderno, definem-se e classificam-se categorias sociais sejam famílias, clãs, linhagens, classes, grupos de *status* etc. (...) O fato de um indivíduo ser judeu, católico, cigano, índio, negro, umbandista, japonês, etc. coloca-o como parte de uma categoria social que, dependendo do contexto, poderá ser valorizada ou ser objeto de discriminação ou estigmatização.

Os afrodescendentes e os indígenas no Brasil são os grupos sociais objetos de discriminação e estigmatização em decorrência de um discurso ideológico/político perpetrado de uma democracia racial, que volta e meia retorna aos debates, mostrando-se ainda muito presente no pensamento social brasileiro, o mito das “três raças” que teve maior expressão com Gilberto Freyre.

Em pleno século XXI, ativistas do movimento social negro, historiadores e pesquisadores das ciências humanas e sociais atuam no sentido de desconstruir esta ideologia que predominou no Brasil e que ainda mantém seus reflexos, hierarquizando a sociedade com base na cor e na aparência. Segundo SCHWARCZ (p. 48)

O Brasil de finais do XIX parecia condenado ao fracasso, tal a carga pessimista que recaía sobre a ideia de miscigenação. Segundo as teorias raciais deterministas, em grande voga naquele contexto, não haveria futuro para um país de “raças cruzadas como o nosso”, e definitivamente “degenerado”. Mas as políticas de eugenia, esterilização e um quase *apartheid* social dariam lugar a novos mitos, como o criado nos anos 1930, por Gilberto Freyre, mas também Donald Pierson e Arthur Ramos, entre tantos outros. Nesse caso, em vez de veneno seríamos o remédio, para um mundo em guerra e marcado por divisões de classe, origem e cor. O “mito da democracia racial” forjado nesse momento, e amplamente amparado pelo governo Vargas, se colaria à nossa representação nacional tal qual tatuagem, fazendo da aparência física uma questão de caráter e padrão cultural.

A representação simbólica sobre o negro era simplista, reducionista e homogeneizada. Até os dias atuais combatem-se os estereótipos cristalizados no imaginário por desconsiderar a pluralidade étnica desembarcada no país pelo tráfico transatlântico.

Todavia, é preciso fazer entre essas duas heranças uma distinção capital. Portugal importa sua sociedade ao mesmo tempo que sua civilização. A escravidão, pelo contrário, destrói a sociedade africana, e o negro não pode trazer consigo, nos costados dos navios negreiros, mais que seus valores culturais.

O português deve se adaptar a um novo meio e as modificações que sofrerão sua organização social, assim como sua civilização serão, sobretudo, de ordem ecológica. O africano deverá se adaptar, pelo contrário, a uma sociedade bem diversa da sua que lhe é imposta pelo branco, e é sua civilização que ele deverá adaptar a fim de incorporá-la numa outra estrutura social. (BASTIDE, 1971, p. 55)

O fato é que o eurocentrismo³ implantado no Brasil afetou a consciência coletiva e a subjetividade do povo brasileiro transformando a nossa maneira de ver o mundo e percebê-lo. Os povos afrodescendentes foram descolados de sua matriz ancestral, que foi e ainda é subjugada na contemporaneidade. A cor no Brasil é um marcador social da diferença.

Para os africanos escravizados no território brasileiro, no tempo presente é para os afrodescendentes, necessário criar estratégias de sobrevivência em oposição ao modo hegemônico de sociedade dos brancos para viver com dignidade, formando uma organização social própria e acima de tudo, com liberdade. Conforme o intelectual negro Abdias do Nascimento (1980, p. 4)

O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, freqüentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade africana. **Genuínos focos de resistência física e cultural.** (grifo nosso)

Convido a um esforço coletivo de compreender os quilombos como espaços de resistência, reexistência e ressignificação de povos africanos e negros no Brasil, com toda a sua dimensão cultural e identitária que corrobora para a formação das gentes brasileiras.

3.2. Povos Quilombolas

Os Quilombos são comunidades negras rurais formadas por remanescentes dos africanos escravizados que lutaram por sua liberdade ou fugiram dos castigos e da exploração cruel imposta pelos senhores e coronéis, formando comunidades autônomas com organização social, política e militares distintas.

³ Eurocentrismo é uma forma de ver o mundo e as suas relações tendo a Europa como modelo central, como referência política, econômica, cultural, histórica, filosófica.

O território é espaço fundamental para o modo de vida, pois nele se constitui a identidade quilombola que é reconstituída diversas vezes.

Dá-se mais ênfase ao passado que ao futuro quando se trata da **concepção de tempo na cosmovisão africana**. A referência *mor* é o passado. É nele que residem as respostas para os mistérios do tempo presente. **É no passado que está toda a sabedoria dos ancestrais. Somente no passado o africano encontra sua identidade**. A idade de ouro dos africanos é diametralmente oposta à dos ocidentais, uma vez que para os últimos os melhores tempos ainda estão por vir (no futuro), enquanto para os africanos os melhores tempos encontram-se muito vivos no passado.

O passado como referência primordial da concepção de tempo africana não dá margem à imobilidade das sociedades deste continente. Muito pelo contrário! A concepção de tempo africana é dinâmica e sujeita a reformulações e mudanças. Vive-se no tempo atual. **A tradição é continuamente retomada e atualizada**. A “voz” do passado é ouvida e merece muita atenção, mas sempre na intenção de orientar e organizar o presente. Vive-se o agora, o hoje. (OLIVEIRA, 2003, p. 22) Grifo nosso.

É nesse espaço geográfico onde ocorrem as trocas simbólicas, a reprodução das suas tradições, as práticas religiosas, as interações sociais e fazeres relacionados à cultura. Sobre a palavra *Kilombo*, compartilho o significado apresentado por LOPES e MACEDO (2017, p. 246) para esclarecer o que representa esta expressão.

QUILOMBO (Kilombo). Vocábulo presente no léxico do quimbundo (kilombo) e do umbundo (ochilombo) com a acepção de “acampamento”. Aparece na historiografia africana com duas acepções intercambiáveis: a de “arraial ou acampamento defensivo mais ou menos permanente, com finalidade militar”; a de “feira”; e ainda, a de “instituição supratribal, capaz de aglomerar indivíduos de diversas origens étnicas”, como amplamente difundido no Congo, Matamba, Ndongo e nos Estados ovimbundos do atual planalto central angolano, onde provavelmente teve a sua origem (PARREIRA, 1990, p.58) Cunha (1982, p. 65), registra a entrada do vocábulo “quilombo” no léxico português no século XVI.

As comunidades quilombolas vêm sofrendo um longo processo de expropriação e alienação dos seus territórios por diversos fatores, tais como: a falta de titularidade das terras, processo de gentrificação que remodelam as paisagens rurais / naturais antes consideradas periféricas ou vazios demográficos, juntamente com a especulação imobiliária, o agronegócio e os grandes latifúndios, ou ainda a conurbação das cidades que se expandem invadindo o campo.

Inúmeros conflitos fundiários atingem comunidades quilombolas e indígenas, na maioria das vezes são ocasionados pelo interesse capitalista e impulsionados pelo racismo ambiental. O racismo está imbricado no pensamento social brasileiro e as suas práticas perduraram pelos séculos até a atualidade.

O fato das comunidades quilombolas terem resistido por séculos mantendo o seu modo de vida, a sua cosmogonia⁴, sua religiosidade, mitos, dialetos, sistemas de trocas, modos de autocuidado e de defesa territorial, todos estes elementos caracterizam uma forma de conhecimento epistemológico⁵ que não pode ser diminuído ou considerado irrelevante, em comparação com uma cultura elitista dominante que se intitula superior a outras.

Nesse contexto, é importante sinalizar que a colonização teve um papel fundamental na imagem produzida dos sujeitos africanos, reservando a eles um local de desumanização o que caracteriza de forma equivocada a sua incapacidade de produzir consciência crítica, privilegio destinado apenas aos seres com potências humanas, ou seja, os homens brancos. Pois bem, além de pensar se existe filosofia africana, o que se julga é se existe capacidade intelectual do homem negro de transcender o senso comum para o pretense pensamento crítico. (PONTES, 2017, p. 13)

Assim, não se pode minimizar as contribuições afrodescendentes e quilombolas legados à formação do povo brasileiro. Por essa razão, os povos quilombolas são um dos grupos sociais que mais necessitam de apoio para conseguir manter vivas as suas expressões culturais, compostas por tradições e costumes que passam pela música, gastronomia, religiosidade, cura por meio de ervas e rezas, crenças espirituais próprias e também resultantes da miscigenação entre diversos povos.

3.3. As Políticas de Ações Afirmativas: Contexto

As políticas de ações afirmativas têm como princípio reparar as injustiças e atos desumanos cometidos contra os africanos escravizados e seus descendentes, que por séculos pessoas foram tratadas como mercadorias, foram tomadas, aprisionadas e vendidas a diversos países, despojadas de sua humanidade e subjetividade, acarretando na estruturação profunda de desigualdade de oportunidades em todos os âmbitos da vida dos afrodescendentes na atualidade. No tocante às medidas de reparação à escravidão e seus efeitos sobre os povos afrodescendentes, o Governo Brasileiro adotou a seguinte medida:

Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de *ações afirmativas*, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado

⁴ Cosmogonia: segundo o dicionário de filosofia é a teoria sobre a origem do universo geralmente fundada em lendas ou em mitos e ligada a uma metafísica.

⁵ Epistemológico: relativo à episteme, segundo o dicionário de filosofia é um corpo organizado de conhecimento, uma ciência.

com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. (Brasil, 2004, p.12)

A Organização das Nações Unidas (ONU) em Assembleia Geral realizada em 18 de dezembro de 2009 proclamou 2011 como o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes.

Proclama o ano que começa em 1º de janeiro de 2011, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, com vistas a fortalecer as ações nacionais e a cooperação regional e internacional em benefício dos afrodescendentes em relação ao pleno gozo dos direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos, sua participação e integração em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e aspectos culturais da sociedade, e a promoção de um maior conhecimento e respeito pelo seu patrimônio e cultura diversificados. (ONU, 2009, p. 1-2)

Pouco tempo depois, por meio da Resolução 68/237 a ONU institui a Década Internacional dos Povos Afrodescendentes 2015-2024 com objetivo de promover “reconhecimento, justiça e desenvolvimento”.

A Década Internacional de Afrodescendentes é uma ocasião para promover maior conhecimento, valor e respeito às conquistas da população afrodescendente e às suas contribuições para a humanidade. É uma ferramenta útil para abrir caminho para o trabalho e a cooperação futura entre Estados, organizações internacionais e regionais, sociedade civil e outros, a fim de aprimorar a situação dos direitos humanos e do bem-estar da população afrodescendente. A Década Internacional uma oportunidade não só de combater a discriminação racial enfrentada pela população afrodescendente, mas também de assegurar o desfrute igualitário de todos os direitos humanos por todos, e de fortalecer a igualdade, a não discriminação, a democracia e o Estado de Direito em nossas sociedades. (ONU, 2014, p.7)

Podemos notar um aumento progressivo nos últimos anos (2003 a 2018) de discussões, cursos de formação, conferências, mecanismos de participação social e legislações que tratam da pauta da Igualdade Racial nos diversos âmbitos da vida pública, desde a publicidade à empregabilidade e cotas nos concursos públicos.

Em 2010, comemorou-se a Lei nº 12.288/2010 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, resultado de décadas de luta, trabalho e articulação política do movimento negro brasileiro. Essa lei traz em seu conteúdo, no Capítulo II - Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, Sessão II – Da educação:

§ 1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

(...)

Art. 12. Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra (BRASIL, 2010, p.17).

De acordo com os dois trechos do Estatuto da Igualdade Racial cabem aos órgãos ligados às políticas educacionais – na esfera pública e privada – aplicar o referido conteúdo e ainda, incentivar e promover estudos voltados às relações raciais e tudo o que envolva a população negra, caracterizando uma forma de conhecimento multidisciplinar.

3.4. A Educação para as Relações Étnico-Raciais

Abro este tópico com imagem 02 que mostra uma frase atribuída a Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul, líder político, referência mundial para o movimento negro, que diz o seguinte *“A educação é a mais poderosa arma pela qual se pode mudar o mundo”*.

Imagem 2 - Frase de Nelson Mandela no muro da Escola Estadual Maria de Arruda Müller na Comunidade Quilombola Abolição, em Santo Antônio do Leverger – MT.

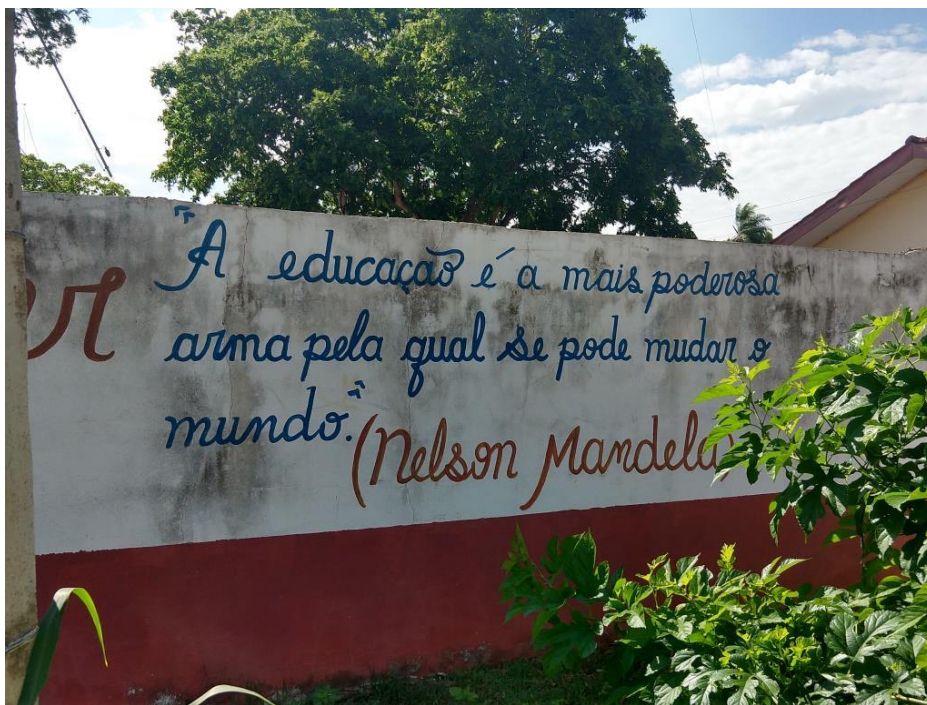


Foto: Jackeline Silva [arquivo pessoal], 2018.

O processo histórico que vêm sendo construído com esforço e empenho de intelectuais e membros do movimento negro nas últimas décadas tem por finalidade alcançar equidade, a reparação em todos os âmbitos - cultural, econômico, social, educacional e político - para que

a população negra que constitui a maioria no Brasil possa usufruir plenamente de seus direitos como cidadãos e cidadãs, com orgulho e autoafirmação.

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. (BRASIL, 2004, p.10)

Pensar na educação privilegiando a diversidade, a pluralidade cultural a partir de uma educação emancipadora comprometida com a inclusão e ao mesmo tempo com a cultura, capaz de despertar a consciência crítica em homens e mulheres como nos ensina Paulo Freire é de um potencial transformador gigantesco.

A mobilização popular que, em si, implica o processo de organização se faz com mais facilidade quando se levam em consideração essas formas de resistência popular que, de modo geral, constituem o que venho chamando de “manhas” dos oprimidos. No domínio mais direto da cultura, sem que pretenda afastar a defesa do corpo deste domínio, as manhas se fazem necessárias na luta contra a invasão da cultura dominante. (FREIRE e FAUNDEZ, 1985, p. 29)

Tudo começa com a instituição da lei que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Em 2004 houve a instituição do Programa Brasil Quilombola, com criação do plano plurianual (2004-2007) como estratégia de desenvolvimento e redução das desigualdades voltadas aos remanescentes de comunidades negras rurais. Nesse mesmo ano, o governo brasileiro lança a Resolução Nº 1/2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, documento redigido pelo Ministério da Educação em conjunto com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR-PR).

No ano de 2008 o Governo brasileiro promove alteração na Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003) em seu Art. 26-A que passa a ter a nova redação “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”, incluindo a partir de então as contribuições dos povos originários (indígenas), transformando em Lei n.º 11.645/2008 (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, verifica-se que a melhor estratégia é conhecer, aprender para realizar a proteção do patrimônio cultural imaterial afro-brasileiro, o que envolve a educação para as relações raciais e a educação patrimonial, compreendendo que o racismo é um sistema

estrutural que engendra seus mecanismos nas esferas da vida social, limitando ou impedindo o acesso de afrodescendentes nos campos econômico, cultural, político e social.

A esse respeito, consta a seguinte declaração em documento do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (2018, p. 26),

Se buscarmos uma gênese da ideia de patrimônio cultural no Brasil e sua história de exclusão e inclusão, ou busca por afirmação de identidades, iremos perceber que, em relação às populações de origem africana, sempre foi negado, ou pelo menos invisibilizado, o direito ao patrimônio. Durante muito tempo, essas Populações tiveram negado o protagonismo histórico, entrando no passado da nação apenas enquanto peças subordinadas da empresa escravista.

Nesse mesmo documento, nas páginas 27 e 28 trazem informações que expõem as dificuldades em relação às “regras” institucionais que, por um lado viabilizam o tombamento, mas acabam criando outros obstáculos, visto que há uma dificuldade enorme por parte dos sujeitos e grupos terem acesso às políticas públicas e adequarem os seus saberes a estas normativas. Outro fato agravante é a compreensão rasa – muitas vezes permeada pelo racismo institucional e estrutural – que dificulta o acesso, a análise e o registro por parte de técnicos do órgão governamental.

Acredito que por meio da educação podemos sensibilizar e transformar toda a sociedade civil, especialmente este segmento social que compõe a maioria da população brasileira, para exigir do poder público a implementação das políticas públicas que garantam os direitos, tornando possível o reconhecimento, o acesso, a difusão e a fruição dos patrimônios culturais.

Realizei visita na manhã do dia 04 de outubro de 2018 à Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida, na Comunidade Quilombola Chumbo, localizada no município de Poconé, atendendo ao convite da professora Marinete de Almeida Lima. Na ocasião apresentei o livro Afro Paladar e realizei a doação de alguns exemplares para a escola, em seguida fizemos uma Roda de Conversa para explicar a realização da pesquisa, conforme ilustra a imagem 03, a seguir.

Imagem 3 - Jackeline posa para foto com os/as professores/as da Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida na Comunidade Quilombola Chumbo, em Poconé – MT.



Foto: Jackeline Silva [arquivo pessoal], 2018.

Os membros da equipe docente da escola demonstraram animação enquanto folheavam as páginas do livro, quando um dos professores viu a foto do seo Teófilo Mendes e mostrou a outras professoras. Seo Teófilo é liderança quilombola da Comunidade Campina de Pedra, localizada a cerca de 20 quilômetros de distância da Comunidade Chumbo. Atualmente ele preside a Associação das Comunidades Quilombolas de Poconé, reunindo 28 comunidades agrupadas.

À época da entrevista com o seo Teófilo no ano de 2017, ele relatou que a associação promove anualmente a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra 20 de novembro de forma itinerante, circulando pelos quilombos da região membros da associação. A seguir nas imagens 04 e 05 professores e professoras da Escola na Comunidade Quilombola Chumbo verificam o livro recebido.

Imagem 4 - Professora observa o conteúdo do livro Afro Paladar na Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida na Comunidade Quilombola Chumbo, em Poconé – MT.



Foto: Jackeline Silva [arquivo pessoal], 2018

Imagem 5 - Professor mostra uma foto no livro para a colega na Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida na Comunidade Quilombola Chumbo, em Poconé – MT.



Foto: Jackeline Silva [arquivo pessoal], 2018.

Voltei-me à professora Marinente e perguntei a ela o motivo da animação dos professores, ao que ela respondeu: *“Você não faz ideia da importância desse livro, por que nele podemos ver as fotos e as histórias dos nossos heróis registradas, pessoas da nossa comunidade que a gente conhece e que pra nós é motivo de orgulho.”* (sic).

Foi com este relato que pude perceber a dimensão da importância do registro, de produzir um trabalho que apresente os resultados e entregando uma devolutiva à comunidade. Como pesquisadora iniciante, ao menos da minha parte, entendo que essa é uma postura ética de trabalho e um tanto simples, que consiste em tratar as pessoas com respeito e retribuir a elas as informações que foram coletadas.

Quanto a isso, parece-me uma questão recorrente com os povos tradicionais do Brasil, na qual pesquisadores e equipes de investigação procedem à coleta de dados, mas não se comprometem com a “prestação de contas” e demonstração de resultados daquilo que foi obtido. Podemos verificar que esse fato ocorre com alguma frequência em se tratando de personagens atuantes com a cultura afro-brasileira, como comenta LANARI (2017, p.10) em seu artigo que problematiza o método de abordagem e trabalho de equipes junto às comunidades afro-brasileiras para produção do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) instrumento utilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),

Diante de um quadro de exclusão histórica, as relações de saber e poder nestes casos, envolvem um grau elevado de confiança que, uma vez quebrada, suscita resistências e pouca participação. Em segundo lugar, a ênfase na realização de “devolutivas” dos produtos elaborados a partir das informações fornecidas pelas comunidades de detentores dos bens culturais. As devolutivas exercem importante papel na aprovação dos trabalhos por aqueles aos quais eles mais interessam. Assim, a submissão das interpretações feitas pelas equipes de técnicos ao crivo das comunidades pode tanto corrigir lapsos de percepção e interpretação dos técnicos quanto afirmar lugares de fala dotados de legitimidade pelas comunidades historicamente segregadas no Brasil. Este último aspecto tem grande relevância simbólica para o empoderamento destes grupos e o aumento da visibilidade de suas pautas. (LANARI, 2017, p.10)

3.5. A Culinária como Patrimônio Imaterial

O universo está prenhe do sagrado. O “segredo” faz parte do universo tanto quanto o revelado. Tudo que se manifesta ou oculta-se, segundo a cosmovisão africana, compõe o universo. Para estes povos o universo não pode ser entendido sem um múltiplo de correspondências, analogias e interações com o Homem e com todos os seres que compõem essa totalidade. (OLIVEIRA, 2003, p. 13)

A relação dos povos quilombolas com o alimento vai muito além do observável. O alimento representa a resistência, a devoção e a fartura das comunidades negras rurais. É por meio do alimento e tudo a ele relacionado, incluindo os intercâmbios mediados pela comensalidade que se criam laços, recriam experiências e se conectam a ancestralidade africana nessa diáspora brasileira. A forma de cultivar, de preparar e de oferecer os alimentos guardam os saberes, as memórias, subjetividades e simbolismo.

Foram justamente essas adaptações que deram origem à culinária que conhecemos. Comer é cultura, portanto, cozinhar é uma ação cultural. Cozinhar é praticar um ritual.

(...) O que torna a “comida de santo” africana é muito menos os ingredientes que entram na sua preparação, mas um conjunto de técnicas transmitidas de forma iniciática e secreta, somadas às visões de mundo evocadas através da comida, os significados, os sentidos, os sentimentos, o Sagrado construído e reconstruído a todo momento a partir da experiência histórica de cada comunidade. Assim, se aceitarmos que esta cozinha ritual é afro-brasileira, fugimos ao menos da busca pela pureza e nos tornamos mais abertos para entender a dinâmica do pensamento africano, dinamismo este que permitiu, ao lado de permanências africanas no Brasil, recriações e invenções feitas não de forma aleatória, mas fiéis a visões de mundo postas a prova em cada indivíduo na diáspora negra pelo mundo. (SOUSA JUNIOR, 2011, p.100)

Assim, podemos entender que a transformação de uma comida africana em quilombola e afro-brasileira decorre de toda a experiência baseada na ancestralidade, na cosmovisão, repleta de sentimentos e de significados. Quanto às técnicas e rituais de produção e preparação do alimento, nesse quesito os povos quilombolas e afrodescendentes são especialistas: na criação e recriação, inventividade, adaptações e aproveitamento de todo o potencial que um alimento pode oferecer.

Cito algumas comidas tradicionais que observei a preparação nos Quilombos e em comunidades tradicionais, consideradas pratos típicos de Mato Grosso, a saber: quebra-torto [desjejum composto por arroz, carne e ovos mexidos com farinha]; quibebe de mamão verde, quibebe de abóbora, feijão empamonado; carne com inhame ou cará; carne com mandioca; carne com banana da terra verde; paçoca de carne no pilão; ensopadão; afogadão; cabeça de boi assada; biscoitos assados como francisquito, biscoito de ramos negreiros, biscoito de garfo, bolo de arroz [com arroz socado no pilão]; furrundú [doce feito com o caule do mamoeiro ralado com melado de cana] e rapaduras.

As carnes são variadas, peixe, porco, galinha e boi. Em alguns territórios quilombolas banhados por rios e córregos há expressivo consumo de peixe com variadas formas de preparo (assado, frito, ensopado), por exemplo, o famoso peixe com maxixe ou a mujica de pintado [filé ou posta cozida com mandioca]. Os tipos de peixe mais comuns na região do pantanal

são o lambari, pacu, pintado, bagre, dourado e piranha. Atualmente algumas comunidades têm tanques de criação de peixe para consumo próprio.

Os pratos típicos mato-grossenses mencionados têm origem ou recriação nas cozinhas quilombolas porque essa alimentação faz parte do cotidiano, da vida tradicional, como também dos momentos festivos. Importante lembrar a forte contribuição indígena, dos povos originários, uma fusão de conhecimentos e técnicas alimentares e de cultivo que deram origem às combinações que hoje apreciamos na gastronomia.

Como fruto da pesquisa, quero ressaltar a utilização da banana da terra, alimento muito apreciado em Mato Grosso, especialmente nas comunidades quilombolas da região onde o povo é conhecido por “papa-bananas”, localidade já citada anteriormente neste trabalho. Na imagem abaixo de número 6 a família quilombola representa esse forte vínculo, que tem a banana da terra como elemento cultural e principal alimento dos povos quilombolas.

Imagem 6 - Pai e filhos. O adolescente ajuda o pai enquanto o menor participa da atividade brincando, na Comunidade Quilombola Morro Cortado, em Poconé – MT.



Foto: Luzo Reis [arquivo pessoal], 2017.

A banana da terra faz parte da economia local. Possui diversas formas de uso culinário e faz parte da identidade popular e da culinária de Mato Grosso. Além disso, a banana é rica em nutrientes, vitaminas e minerais, um alimento de fácil cultivo.

Os pratos regionais possuem a banana como um acompanhamento, mas na verdade ela figura como elemento principal. Como exemplos: licor de banana; doce de banana; bala de banana; banana desidratada; farinha de banana e a bananada. A banana tipo ourinho ou maçã acompanha a paçoca de pilão. Já a banana da terra é a que apresenta maior diversidade de uso culinário, sendo muito consumida pelos quilombolas porque nos seus territórios há grandes áreas plantadas dedicadas a esse cultivo. A banana da terra está no gosto popular do povo mato-grossense e até turistas.

Com a banana da terra madura é possível fazer os seguintes pratos: farofa que acompanha todos os pratos principais e inclusive pode ser consumida no quebra torto (desjejum). Ainda no desjejum, pode ser simplesmente cozida ou assada. É utilizada também no ensopadão cuiabano ou com peixe seco ensopado. A banana da terra verde é cortada em tiras ou rodela finas e frita, servida como petisco ou café da manhã. Ou pode ser picada e cozida com carne transformando-se no prato mais saboroso e apreciado dos quilombolas da região pantaneira.

Por tudo isso, é preciso reafirmar o valor das formas culinárias quilombolas como um legado afrodescendente para a gastronomia local, é relevante para a cultura quilombola da região como símbolo de alteridade, para a formação da identidade do que deu origem a diversos pratos típicos do estado de Mato Grosso, principalmente aqueles que possuem a banana como ingrediente como ilustra a imagem 07.

Imagem 7 - Banana-da-terra verde frita, produzida na casa de Zilair para comercialização. Comunidade Quilombola Morro Cortado, em Poconé – MT.



Fonte: SILVA, Jackeline, 2018. Foto: Luzo Reis.

A respeito da banana, Cascudo (2001, p. 11) traz a narrativa sob título **O mais popular africanismo no Brasil**

Banana é o mais popular dos vocábulos africanos no Brasil. À popularidade verbal corresponde o consumo diário. Banana é a fruta preferida, indispensável para o paladar brasileiro, inarredável sua presença cotidiana na alimentação trivial. Fruta dos ricos e dos pobres, refeição, sobremesa, merenda, engana-fome. Todos a conhecem. Sua ausência é inconcebível.

Vamos recordar de um instrumento muito simples, presente na maioria das cozinhas brasileiras, provavelmente já vimos ou tivemos contato com este instrumento seja em nossas casas, ou dos nossos avós, bisavós... Este instrumento pode ter diversos tamanhos e é utilizado para amassar, ou triturar grãos, folhas, temperos, tem diversos usos, inclusive religioso. Até em nossos apartamentos podemos ter uma versão em miniatura dessa ferramenta. Este é um exemplo de uma contribuição africana presente no nosso cotidiano.

Acredito que a maioria de nós já teve contato - pelo menos visual - com um pilão, como este que apresento na imagem 08, que possui marcas do tempo e de uso. O pilão se faz presente em todas as cozinhas das casas quilombolas que visitei, sem exceção. De acordo com

relatos de migrantes africanos em Cuiabá, o pilão é muito utilizado em vários países como Guiné Bissau, Moçambique, Angola, Senegal com a mesma finalidade que utilizamos aqui.

Imagem 8 - Pilão de madeira antigo na casa de dona Vanildes Francisca, Comunidade Quilombola Lagoinha de Cima, em Chapada dos Guimarães – MT.



Foto: Jackeline Silva [arquivo pessoal], 2018.

Durante a pesquisa feita em 2018, aprendi que nos Terreiros da Religião de Matriz Africana e Afro-brasileira, o pilão representa o orixá Oxaguiã, inclusive utilizado como assentamento [*Igba* é a representação física do orixá no plano terreno].

O rei de Ejigbô inventou o pilão e com o pilão ficou mais fácil preparar o inhame e Elejigbô pôde se fartar e fazer todas as suas guerras. Tão famoso ficou o rei por seu apetite pelo inhame que todos agora o chamam de “Orixá Comedor de Inhame Pilado”, o mesmo que Oxaguiã na língua do lugar. (PRANDI, 2001, p. 488).

Diferente da religião católica na qual uma imagem representa um santo, no candomblé os assentamentos têm esse valor. O que conhecemos por sincretismo religioso foi uma estratégia inteligente dos africanos para cultuar as suas próprias divindades sem perder a sua essência. Da miscigenação entre povos, etnias e culturas, a religiosidade foi a que passou por muitas atualizações, assimilando e incorporando diversas influências.

Em Mato Grosso, as Festas de Santos constituem momentos importantes e por isso, foram incorporadas ao calendário de eventos tradicionais do estado. Tais festas são ímpares porque há comunhão, trocas coletivas e celebração. Nas comunidades tradicionais de Mato Grosso podemos encontrar nessas ocasiões uma diversidade de manifestações e ampla gama de expressões culturais. De acordo com LOUREIRO (2006, p. 23)

As Festas Religiosas, em Mato Grosso, são importantes manifestações da cultura tradicional popular regional. Nelas misturam-se o laico e o sacro numa simbiose natural, em que danças, rezas, culinária, músicas, brincadeiras e religiosidade se juntam para formar como que uma síntese, suporte e berço de muitas das diversões e crenças que embalam a população e que formam parte significativa do patrimônio cultural do Estado.

As festas de santos católicos constituem momentos ímpares, em torno dos quais toda a comunidade quilombola se mobiliza em prol do fazer alimentar. Parentes e familiares que não residem mais na zona rural retornam “ao berço” para prestar sua homenagem aos santos de devoção da família e/ou aos padroeiros daquela comunidade, além de apoiar os seus familiares nos minuciosos preparativos.

As festas de santos são uma demonstração de fé; de comunhão com os estranhos que visitam aquela comunidade; de agradecimento pelas graças recebidas; de retribuição à fartura; de articulação entre a ancestralidade e o presente através do afrocatolicismo; de respeito aos mais velhos detentores da experiência de saber fazer, construir, tocar instrumentos, cantar rezas e louvores. Tudo é feito com esmero para agradar ao santo, e ousado dizer que ingredientes como o amor, a alegria e a receptividade são os temperos que deixam tudo mais vívido. Falar sobre a comida quilombola é essencialmente falar sobre a afetividade.

Para os quilombolas, a cozinha é um espaço sagrado e abençoado pelo santo protetor de cozinheiros e cozinheiras, que recebe diversas homenagens e todas elas estão ligadas à oferta da comida. São Benedito é o padroeiro dos negros e protetor dos escravos. Fui ensinada que a oferenda diária a São Benedito é uma xícara de café colocada junto à imagem; e a imagem do santo deve ficar em posição de destaque na cozinha ou em um altar na sala da casa. PACINI (2018, p. 1) nos relata em seu artigo

Como é bonita a sensibilidade dos cuiabanos que preparam o café logo cedo acompanhado pelo bolo de arroz, bolo de queijo, francisquito e bolo de fubá! O primeiro a receber o gole de café é São Benedito e, assim, oferecem para ele a refeição matinal, as primícias deste dia que nasce. Por ocasião das festas, afloram com mais intensidade os sentimentos religiosos, pois o Santo dá de comer a todos.

São Benedito, o Santo Negro, é protetor dos povos quilombolas e de espaços sagrados, como é o caso de alguns terreiros de umbanda que têm por ele profunda devoção. Na imagem a seguir, vemos na parede da casa a imagem de São Benedito ao lado de um altar de Nossa Senhora Aparecida, dois santos negros.

Imagem 9 - Pintura de São Benedito na parede da casa de Nezinho na Comunidade Quilombola Mata Cavalo de Cima, em Nossa Senhora do Livramento – MT.



Foto: Jackeline Silva [arquivo pessoal], 2018.

Nezinho como é conhecido, na verdade se chama Cizernando do Carmo Santos, nos contou em entrevista na fase de produção do livro *Afro Paladar* (2017) que foi a avó quem transmitiu a festa para ele. Eu perguntei há quanto tempo realizam a festa, ele respondeu que faz 40 anos que promovem o evento e mesmo que haja luto na família, a festa não é suspensa. Segundo Nezinho “*pode morrer gente na família, pode morrer irmandade, mesmo assim nós fazemos a festa*”.

A casa de Nezinho é um Ponto de Cultura na Comunidade Quilombola Mata Cavalo de Cima, em Nossa Senhora do Livramento – MT. Prosseguimos o diálogo, perguntei ao

Nezinho como surgiu a festa de São Benedito no quilombo, ele me respondeu: “*isso já vem desde os nossos antepassados, de tratar do povo*”. Com a resposta, entende-se que a festa para celebrar São Benedito provavelmente vem de tempos imemoriais, provavelmente desde a escravidão e foi passada de geração a geração. O desafio atual para Nezinho é quem vai “herdar a festa” para prosseguir a tradição desse território cultural e conseguir dar continuidade às atividades do terreiro.

Imagem 10 - Nezinho quilombola, pai de santo, é devoto e festeiro de São Benedito. Diante do altar no terreiro, nos mostra as suas guias [colares] e ao fundo imagens dos santos católicos e orixás. Comunidade Mata Cavalu de Cima, em Nossa Senhora do Livramento – MT.



Foto: Luzo Reis, 2017.

Uma questão que entendo como fundamental, pode nos auxiliar a compreender a importância da dimensão alimentar e culinária é pensar nas cozinhas dos quilombos e nas cozinhas dos terreiros da religião de matriz africana. Ambos são espaços em que tudo se partilha e estas cozinhas estão intrinsecamente interligadas. Para os afrodescendentes é na cozinha que se experimenta a abundância e a fartura, pelo ato de nutrir as pessoas, pelo prazer de comer ou de alimentar a sua fé. É assim que se nutre a cultura.

Em linhas gerais, no candomblé costuma-se dizer que “tudo come”, recebe alimentos especiais, preparados para cada ocasião. Come desde a cumeeira, ao chão,

este último principalmente. Isso é explicado através da concepção de que nada se mantém vivo sem a comida. (SOUSA JUNIOR, 2011, p.33)

Considero a elaboração culinária dos afrodescendentes do Brasil e especialmente de Mato Grosso, um patrimônio cultural imaterial riquíssimo, porque envolve não somente o ato de cozinhar, mas toda uma ampla gama de elementos como crenças, a religiosidade (afro-católica e de matriz africana), os conhecimentos sobre os ciclos da natureza, as técnicas de colheita, corte e preparo, construção de fornos e cozinhas adjacentes às casas e muitas outras informações com base na experiência. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Acredito que o tombamento deve servir como garantia à continuidade da expressão cultural das comunidades. As identidades precisam reconhecidas e valorizadas, especialmente no que diz respeito aos povos afrodescendentes que tiveram um passado de opressão, sofrendo alienação da sua cultura, da sua religião e cosmogonia, do seu idioma e até os dias atuais luta contra o racismo sistêmico em diversas instâncias sociais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Museus,

As lutas pelo reconhecimento legal e social de direitos buscam, assim, reconhecer nas populações de origem africana e em suas manifestações culturais parte integrante e fundamental da identidade brasileira. São, deste modo, um passo necessário para permitir iguais direitos a todos os grupos sociais. Se trata, antes de tudo, de reconhecer a população brasileira como um corpo mais diverso do que tradicionalmente se tem feito, e de perceber o papel que o Estado deve desempenhar neste processo. (IBRAM, 2018, p. 29)

Nota-se em Mato Grosso um campo propício à produção de estudos culturais e etnográficos devido à sua diversidade étnica, considerando o fato de que as “raízes” formadoras da população local são majoritariamente compostas por indígenas e quilombolas / afrodescendentes.

Com esta pesquisa quis mostrar o quanto o alimento é essencial para a vida, mas principalmente, para a cultura das comunidades quilombolas e para a formação do povo mato-grossense. É pela comida que observamos e interpretamos as práticas culturais, assim como, também torna possível acessar culturas diferentes à nossa com empatia.

4. RESULTADOS DA PESQUISA: o afro paladar nas escolas de Mato Grosso

Neste capítulo apresento os resultados obtidos em campo durante as visitas às escolas das comunidades quilombolas de Mato Grosso: Baixio em Barra do Bugres; Abolição, em Santo Antônio do Leverger e Chumbo, em Poconé.

Realizar pesquisa de campo utilizando as técnicas de observação participante e etnografia constitui uma tarefa árdua que exige alto grau de atenção e percepção do pesquisador. A pesquisa de campo revela grande diversidade de grupos, que podem ser observados, investigados, interpretados e estudados. Em seu livro, GEERTZ (p.28) afirma “os sistemas culturais têm que ter um grau mínimo de coerência, do contrário não os chamaríamos sistemas, e através da observação vemos que eles têm muito mais do que isso”.

A prática da etnografia busca estabelecer relações, descrição de observações e impressões, mapeamento, prospecção, etc. A respeito da produção de uma etnografia ou do ofício etnográfico, GEERTZ diz (p.29) “O etnógrafo ‘inscreve’ o discurso social: *ele o anota*. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente”.

A experiência que o livro Afro Paladar levou ao ambiente escolar foi apresentar aos professores e à comunidade possibilidades de promover o ensino-aprendizagem utilizando uma didática baseada na cultura local que é vivenciada no cotidiano, por meio das tradições e da culinária, iniciativas estas que já são protagonizadas pelos próprios quilombolas. Nesse sentido, a cultura é uma potência de transformação social e de valorização dos saberes, dos ofícios, das festas, das memórias e das celebrações locais. Segundo HALL (p. 44-45)

“A “África” viva, que vai bem nesta parte do mundo é aquilo que a África se tornou no Novo Mundo, no turbilhão violento do sincretismo colonial, reforjada na fornalha do panelão colonial. Igualmente significativa, então, é a forma como essa “África” fornece recursos de sobrevivência hoje, histórias alternativas àquelas impostas pelo domínio colonial e as matérias-primas para retrabalhá-las de formas e padrões culturais novos e distintos. Nessa perspectiva, as “sobrevivências” em suas formas originais são maciçamente sobrepujadas pelo processo de tradução cultural”.

A coleta de dados aconteceu em rodas de conversa, quando realizei apresentação do livro afro paladar e falei das minhas motivações que impulsionaram a execução do projeto. Neste trabalho apresento os relatos de mulheres quilombolas, as professoras que atuam com a temática étnico-racial e com a cultura afro-brasileira.

Na Comunidade Quilombola [São José do] Baixio em Barra do Bugres-MT fiz a entrega dos livros para a diretora Dinalva Campos. A professora Maria Helena Tavares foi a minha interlocutora com a comunidade escolar (professores e alunos). As duas mulheres têm faixa etária entre 40-50 anos e são nascidas no quilombo.

Após encontrar a diretora, fomos para a sala de aula com 15 alunos que cursam o primeiro ano do segundo grau, com faixa etária entre 15 e 16 anos. Fiz uma rápida apresentação sobre o livro e em seguida assistimos ao vídeo documentário do projeto. Após o filme, os alunos foram dispensados porque o ônibus escolar estava aguardando – pontualmente ao meio-dia – para leva-los até as suas respectivas comunidades, Camarinha, Morro Redondo, Vaca Morta e Retiro.

Acompanhei Maria Helena até a sala de professores e aproveitei para realizar uma rápida entrevista com ela, para captar sua impressão sobre o documentário do projeto que havíamos assistido. Eu já conhecia Maria Helena de reuniões e encontros do movimento negro em Cuiabá. Nesse dia, ela vestia uma blusa amarela e calça jeans, pulseira e brincos dourados; têm cabelos ondulados cor castanho avermelhado, pele parda e biotipo encorpado. Na região do complexo quilombola Vão Grande onde está a comunidade Baixio há forte presença indígena e a fisionomia dos nativos demonstra traços de encontros interétnicos.

Perguntei à professora Maria Helena *qual é a importância de fazer projetos com as comunidades quilombolas e desenvolver a cultura afro*. A resposta recebida foi:

“Pra gente, para as comunidades de Mato Grosso é muito importante. Faz parte da cultura viva, da cultura que a gente ainda encontra nas comunidades. Poder evidenciar isso para o mundo é muito importante. Tem a ver com a identidade, com a valorização da cultura, e isso está previsto no currículo da escola, no que propõe a prática pedagógica dos professores. O tempo todo a gente tem trabalhado dessa forma combinando a cultura local com os saberes como prevê a constituição, a base nacional comum [curricular]. Então a gente tenta dialogar todos esses saberes e fazeres que ainda estão presentes, que você mesma os trouxe e trouxe de outras comunidades, aí a gente percebe que essa cultura ainda permanece viva, ela acontece de verdade, não é só ilusão e isso é importante principalmente para escola onde a gente trabalha a identidade quilombola, trabalha essa valorização da cultura. E com a minha própria pesquisa [de mestrado] eu trabalhei as festas de santo. Eu amo. É uma temática que pra mim tem tudo a ver com a identidade, com a cultura, eu chamo de cultura viva porque a gente encontra ela nas comunidades.”

A afirmação de que os materiais didáticos são importantes para a formação educacional e construção da identidade negra / quilombola foi evidenciada nos relatos das demais professoras. As escolas quilombolas podem propor e produzir materiais que atendam as necessidades formativas especificamente focadas na diversidade racial e na constituição [história] das comunidades quilombolas. Dessa forma, os alunos podem despertar a sua

percepção, interagir e reconhecer a sua identidade como sujeitos quilombolas por meio do conteúdo que estão a estudar.

Ao falarmos sobre africanidades e afrobrasilidades, estamos nos referindo à resistência ancestral, uma ação dos sujeitos que sempre lutaram contra colonialismo, imperialismo, capitalismo e racismo. As africanas e os africanos escravizados, bem como seus descendentes na diáspora, resistiram ao apagamento cultural, mental, material e epistemológico que os processos coloniais tentaram lhes impor. Em face dessa tensão, surgiram, surgem e surgirão novos conhecimentos, práticas e ações políticas. (Nilma Lino Gomes, p. 10. in: GARCIA e SILVA, 2018)

Essa resistência ancestral pode ser vista no presente em diversas comunidades quilombolas: cada uma, a seu modo, busca preservar as memórias dos mais experientes guardando as narrativas pessoais e do grupo social para transmiti-las às gerações futuras.

Outra visita ocorreu na comunidade quilombola Chumbo, localizada no município de Poconé, região do pantanal de Mato Grosso. Recebi o convite da professora Marinete Ferreira, professora da educação infantil da Escola Nossa Senhora Aparecida, para realizar a doação dos livros e participar de uma roda de conversa. Marinete nasceu na comunidade Chumbo, tem pele negra, cabelos crespos, baixa estatura, faixa etária entre 30-40 anos.

Após a entrega dos livros para a diretora da escola, senhora Carmelita, fomos até a casa da professora Marinete, cerca de 100 metros de distância. A mãe da professora Marinete havia preparado um *tchá co bolo* [chá com bolo] para nos receber. O grupo que se dirigiu à casa dela era formado por 7 professoras e 15 crianças. Eu fui a primeira a falar durante a Roda de Conversa, agradei ao convite recebido e em seguida expliquei as motivações de realizar o projeto afro paladar. Na sequência, a professora Marinete pediu a palavra e relatou de forma espontânea:

“A importância de receber [o afro paladar] em nossa comunidade, pra gente já é uma heroína negra, que a gente se identifica quando vê os personagens das nossas comunidades também em um livro, porque antes os livros que a gente olhava, nós não conseguíamos nos ver. (...) Então é muito disso né. Da gente ter poucas bibliografias que referenciem o negro, a nossa própria comunidade ela ainda está passando por um processo de identidade, de você se identificar, de ter coragem de dizer eu sou negra, de você ter coragem de se aceitar como você é. Nós estamos passando por isso agora. Então, pra gente um trabalho como esse Jackeline, é muito importante. É muito importante a gente ver uma pessoa, uma escritora aqui na nossa comunidade, negra, que aceita o seu cabelo, isso é referência pra nós, é referência pras nossas crianças, é referência pros nossos jovens porque estamos passando por este momento de aceitação. E é um processo lento né! Que uns já se identificam e outros ainda não, ainda estão com uma certa resistência. Mas nós queremos mais trabalhos como este aqui pra gente.”

A partir do relato, entende-se que para a professora Marinete o livro é mais do que um suporte didático: é um meio que auxiliar o processo de aceitação, de compreender a dimensão da identidade negra. A função do livro é ampla, não traz apenas um conhecimento externo, como também fornece subsídios para afirmação da identidade negra quando transmite um conteúdo que instiga a reflexão e a partir dele a percepção que vai culminar na autodeterminação.

Nesse contexto, o livro serve como uma ferramenta para a construção e para a valorização da cultura afro-brasileira. A esse respeito, a professora Maria Helena aborda a importância da memória local por meio das histórias que os mais velhos contam, que devem ser ou vir a ser registradas:

Então, essas histórias é que a gente tenta manter viva na comunidade e na escola. Os professores dialogam com esse conhecimento para que eles [alunos] não percam a origem e que essa identidade se evidencie cada vez mais, de forma que eles assumam a identidade e consigam se perceber enquanto sujeitos, enquanto alguém que contribui com essa construção, com essa valorização da cultura, com essa preservação da cultura dentro da comunidade e dentro da escola, que a escola também produz esse conhecimento, ela ajuda a manter e preservar essa cultura local.

Percebi que a profissão docente quando realizada por pessoas da própria comunidade constitui uma forma de apropriação e de valorização dos conhecimentos tradicionais quilombolas daquela localidade.

A professora Benedita, coordenadora da Escola Quilombola Maria de Arruda Muller na comunidade Abolição, em Santo Antônio do Leverger-MT, região da Serra de São Vicente, disse que trabalha há dez anos na escola com cultura e tecnologia. Afirma que ama fazer esse trabalho. Perguntei à senhora Bendita o que ela acha de receber um material como o livro Afro Paladar, ao que respondeu:

“A importância desse material é pra se ter um apoio, a nossa escola sendo ela quilombola nós devemos ter um material criado para a gente se apoiar. E também a importância da gente voltar a estudar os nossos ancestrais, saber de onde viemos, como, e dar valor a tudo o que eles fizeram e deixaram pra nós.”

Utilizo Marcel Mauss, autor de Ensaio sobre a Dádiva, que aborda o sistema de trocas, para entendermos como esse processo ocorre:

A vida material e moral, a troca, nele funcionam de uma forma desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo. Ademais, essa obrigação se exprime de maneira mítica, imaginária ou, se quiserem, simbólica e coletiva: ela assume o aspecto do interesse ligado às coisas trocadas: estas jamais se separam completamente de quem

as trocas; a comunhão e a aliança que elas estabelecem são relativamente indissolúveis. (MAUSS, 2003, p.232)

A aliança de que fala Marcel Mauss em referência ao sistema trocas, a dádiva e a reciprocidade estão presentes nas comunidades tradicionais, assim como em nossa sociedade. Existe uma relação, às vezes implícita, entre as pessoas que agenciam o dar e o receber, consistindo em uma obrigação moral, uma ética que pode estreitar os laços familiares e/ou fortalecer os vínculos de solidariedade entre os membros do grupo social.

Com essa dimensão cultural expressiva que mantêm vivas as tradições nos territórios quilombolas, verifica-se a politização dos atores sociais que partilham das mesmas demandas, conseqüentemente, se organizam na forma de movimentos sociais que se transformam em forças políticas como estratégia de fortalecimento contra a exclusão da qual emergiram. De certo modo, são os estudos etnográficos que irão subsidiar esses atores, dando-lhes empoderamento em seus discursos e em suas lutas contra as mazelas econômico-sociais.

Logo, sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder “pôr-se no lugar do outro”. É preciso chamar atenção para o fato de que mesmo nas sociedades mais hierarquizadas há momentos, situações ou papéis sociais que permitem a crítica, a relativização ou até o rompimento com a hierarquia. Na sociedade complexa contemporânea existem tendências, áreas e domínios onde se evidencia a procura de contestar e redefinir hierarquias e a distribuição de poder. (VELHO, 2004, p.127)

Nesta análise, a respeito da crítica e da contestação das hierarquias para redistribuição de poder das esferas dominantes para os excluídos, tais fatos ocorrem em virtude da reivindicação dos movimentos sociais negros e dos movimentos quilombolas para a implementação efetiva das políticas públicas que visam a inclusão desses atores sociais e a reparação pelas desigualdades impostas social e historicamente. Tais reivindicações foram possíveis pelo acesso à educação, que emancipa e empodera os atores sociais para atuar no campo político em defesa dos seus direitos, o exercício da cidadania.

Após tecer diálogos com as professoras quilombolas, o entendimento foi de que a legislação educacional voltada à equidade étnico-racial e ações afirmativas é, na maioria das vezes, protagonizada pelas lideranças quilombolas, ou por membros do movimento social negro (das áreas urbanas), ativistas e agentes culturais envolvidos com a temática. Há um esforço coletivo para manter as tradições e um maior esforço voltado para o registro e difusão do que é protagonizado nas comunidades.

Os resultados obtidos durante a pesquisa apontam para a necessidade de se promover mais intercâmbios entre educação e cultura, especialmente nas comunidades quilombolas. A formação de professores com conteúdos interdisciplinares sobre a diversidade étnica é essencial para se alcançar uma educação de qualidade e pluricultural, o que beneficia não apenas as escolas quilombolas e urbanas, mas a sociedade como um todo.

Os diálogos em torno da culinária e da alimentação nas comunidades quilombolas são eficazes na medida em que produzem um conhecimento vivencial, constituem um fazer cultural, é uma tarefa aglutinadora porque agrega membros do coletivo e é capaz de quebrar barreiras geracionais, unindo crianças, jovens e idosos em torno do fazer alimentar. Por isso, acredito que a culinária quilombola têm muito a nos ensinar para além da materialidade, porque nela há muita subjetividade e cultura imaterial (ancestralidade) envolvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos maiores desafios à investigação é tentar interpretar a sua própria cultura e questionar conhecimentos arraigados, romper tabus, pressupostos naturalizados, visto que a cultura é um fenômeno produzido pelos homens nas suas relações sociais. Relativizar, saber lidar com as diferenças culturais com alteridade é imprescindível a qualquer pesquisador – especialmente a antropólogos - para produzir etnografia, seja de sociedades elementares ou complexas.

Foi uma experiência enriquecedora dialogar com as professoras – e notar que as mulheres estão protagonizando esse engajamento cultural – das escolas quilombolas. Eu pude perceber que há maneiras simples e não convencionais de acessar as pessoas e todo o seu conhecimento, as suas narrativas, as memórias afetivas com empatia, respeito e técnicas científicas.

Ao realizar a pesquisa pude observar, participar e analisar informações verbais recebidas e concluir que atuar profissionalmente junto aos povos tradicionais é um grande desafio no país onde o racismo estrutural aprofunda as desigualdades criando hierarquias e subordinações que remetem ao colonialismo.

Com essa pesquisa quis demonstrar a influencia que o alimento tem na cultura local, bem como a necessidade de trazer à tona debates que perpassam esse tema tão transversal às comunidades quilombolas. O alimento é conector, une as pessoas de diferentes gerações, línguas, crenças, religiões e costumes. A terra une as pessoas para plantar, colher e lutar pelo território. O alimento que vem da terra une as pessoas nas celebrações religiosas. Tudo se conecta de forma direta para os quilombolas, mas para nós que estamos vivendo nas cidades, essa relação nem sempre é evidente.

Ao dialogar com as professoras da educação básica e do ensino médio, elas manifestaram contentamento pelo fato de uma investigadora negra ocupar-se desse tema, tão necessário e imprescindível na atualidade. Possivelmente, pelo fato de não dominar determinados códigos linguísticos ou de comunicação impostos historicamente pelos grupos hegemônicos, ou pela dificuldade de acessar as novas tecnologias da informática, devido às barreiras visíveis e invisíveis – como no caso do racismo – ainda presentes, também pelos empecilhos institucionais de acessar as instâncias governamentais e jurídicas, é que a população negra sofre um esmagamento em detrimento aos grupos considerados letrados ou “elitistas”, detentores do conhecimento científico. Os povos quilombolas são considerados por estes como uma população ignorante e, portanto, fadada à miséria.

Infelizmente no contexto político atual (2017-2019) presenciamos o desmantelamento sistemático das instituições responsáveis pelas políticas públicas voltadas à população negra e aos povos quilombolas. O governo federal retira os recursos, decreta a extinção ou a fusão de secretarias que tratam diretamente desse grupo social, implicando nitidamente, em racismo institucionalizado que ameaça a vida, a saúde, honra, a dignidade e a cultura.

Os afrodescendentes estão reescrevendo a sua história, trazendo à tona suas próprias narrativas, as vivências e experiências, compartilhando a sua própria epistemologia, se apropriando do valor cultural, das memórias que permeiam a vida coletiva. Aos poucos, deixam de ser vistos como objeto de estudo e tornam-se sujeitos que constituem uma forma de saber científico.

Como aprendido na disciplina Identidade e Cultura Afro-brasileira ministrada pelo professor Dr. Nelson Inocêncio da Silva (2018, p. 6) compartilho a seguinte reflexão acerca do futuro das políticas culturais como estratégia de inclusão e de equidade:

Para além dos clichês há muito a ser estudado e este é um desafio que diz respeito a todas as pesquisadoras e os pesquisadores comprometidos com o respeito à diversidade cultural e com a implementação de políticas culturais que visem o estabelecimento da representação plural dos vários seguimentos constituintes desta sociedade na cena nacional. Somos um país que possui imensa diversidade, contudo, pouquíssimo respeito às diferenças. Da compreensão e superação desse paradoxo depende o futuro da cultura brasileira, considerando a perspectiva democrática como uma de nossas utopias.

Dessa forma, espero que o presente trabalho contribua para uma reflexão crítica sobre a relevância da contribuição social, histórica, política e cultural dos povos africanos no Brasil que nos deram este importante legado, que por séculos e ainda no presente, infelizmente sofrem opressões racistas da sociedade contemporânea.

Espero apresentar uma nova forma de olhar para aquilo que está tão próximo de nós, mas que parece faltar empatia e sensibilidade para enxergar. Como fomos socialmente treinados para ignorar, subestimar e desvalorizar tudo o que é diferente, taxando como exótico, caímos na armadilha da homogeneização em diversos aspectos da vida e da cultura em sociedade.

Convido a enxergar com mais atenção a culinária e também as pessoas que a produzem. As pessoas que sustentaram e ainda sustentam uma nação, antigamente pelo trabalho forçado e atualmente pelo trabalho que (ainda) fazem nas cozinhas.

Por fim, reitero a importância de questionar a invisibilidade imposta aos afrodescendentes, assim como aos povos originários, de forma a criar condições que favoreçam os povos quilombolas a ocuparem lugar de destaque no âmbito das políticas públicas de cultura e do patrimônio cultural brasileiro. Esta é uma medida que busca reparar, reconhecer e dar o devido valor social e de legado histórico às culturas africana e afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. 1º volume. São Paulo: Livraria Pioneira Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm> acesso em: 13/01/2019

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que **estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm> acesso em: 13/01/2019

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm> acesso em: 13/01/2019

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm> acesso em: 13/01/2019

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/488171> acesso em: 13/01/2019

BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>> acesso em: 13/01/2019

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>> acesso em: 13/12/2018

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Certidões Emitidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos. Portaria Nº 316/2018 Publicada no D.O.U. 23/11/2018** Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-mt-04122018.pdf>> acesso em 20/01/2019.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Made in África**. 5ª ed. São Paulo: Global, 2001.

FREIRE, Paulo. FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Educação e Comunicação: v. 15)

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p.13-41.

GOMES, Nilma Lino. Introdução. In: GARCIA, Maria de Fátima. SILVA, José Antonio Novaes da. (Org.). **Africanidades, afrobrasilidades e processo (des)colonizador: contribuições à implementação da Lei 10.639/03**. João Pessoa: Editora UFPB, 2018. p.10-14.

GREGÓRIO, Sérgio Biaggi. (Org). **Dicionário de filosofia**. Disponível em <<https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/p%C3%A1gina-inicial>> Acesso em: 08/04/2019.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira. **Políticas patrimoniais voltadas para as Práticas culturais e religiosas afro-brasileiras na atualidade: dilemas e potencialidades**. III Seminário Internacional História do Tempo Presente. Santa Catarina: UDESC, 2017.

LOPES, Nei Braz. MACEDO, José Rivair. **Dicionário de História da África: Séculos VII a XVI**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LÓPEZ, Graciela Lima. **O método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa**. N.º 1. Canoas: ULBRA, 1999.

LOUREIRO, Roberto. **Cultura Mato-grossense: festas de santos e outras tradições**. Cuiabá: Entrelinhas, 2006.

MACHADO, Katia. **O racismo em três séculos de escravidão**. EPSJV: Fiocruz, 2018. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/o-racismo-em-tres-seculos-de-escravidao>> Acesso em: 31/01/2019.

MAUSS, Marcel. **Ensaio Sobre A Dádiva**. Portugal: Edições 70, 2008.

NOGUERA, Renato. **Filosofando com sotaques africanos e indígenas**. Coluna ANPOF, 20 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://anpof.org/portal/index.php/en/comunidade/coluna-anpof/1089-filo>>. Acesso em 31/01/2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/05/WEB_BookletDecadaAfro_portugues.pdf> acesso em: 20/12/2018

ONU. Organização das Nações Unidas. **Ano Internacional dos Afrodescendentes**. Documento em inglês disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/169> acesso em: 20/12/2018

OLIVEIRA, Eduardo David. **Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Ibeca, 2003.

- PACINI, Aloir. **A sensibilidade negra e indígena que vemos nas festas dos Santos (católicos) de Mato Grosso**. Cuiabá, 2018. Artigo produzido para o projeto Afro Paladar: nutrindo a cultura.
- PONTES, Katuscia Ribeiro. **Kemet, escolas e arcádeas: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10639/03**. Rio de Janeiro, 2017. 93f. Dissertação (Mestrado em filosofia e ensino) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2017.
- PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado**. In: *Psicanálise e Linguagem Mítica / Artigos*, p.48-55.
- SILVA, Jackeline (Org). **Afro Paladar: nutrindo a cultura**. 1ª Edição. Cuiabá: Iaiá Produções e Projetos, 2018.
- SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. **Identidade Cultural Afro-brasileira. Capítulo 1: patrimônio cultural afro-brasileiro**. Especialização em educação e patrimônio cultural e artístico. Brasília: UnB, 2018.
- SIMÃO, Maristela dos Santos. **Museu, memória e cultura afro-brasileira**. Instituto de Museus. Brasília, DF: IBRAM, 2018.
- SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano de. **Na palma da minha mão: temas afro-brasileiros e questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo. V. 31, n. 3, p. 443-466. 2005
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 17 de outubro de 2003. Tradução: Ministério das Relações Exteriores. Brasília: 2006. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>> Acesso em 05/01/2019.
- VELHO, Gilberto. **Patrimônio, Negociação e Conflito**. Revista Mana 12(1): 237-248, 2006.
- VELHO, Gilberto. Capítulo 2 – Prestígio e ascensão social: dos limites do individualismo na sociedade brasileira. Capítulo 9 – Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura**. 7 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 39-54; p121-132.